

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

EntreCampus _ N.º 10

Teresa Simões
Coordenação

Luísa Rego
Redação e Edição

Marta Figueiredo
Projeto Gráfico Original

Luísa Ferreira
Fotografia

Ana Moreira
Paginação

Jorge Fernandes Lda.
Impressão e acabamento

2184-6545
ISSN

464789/19
Depósito legal

Publicação semestral
Distribuição gratuita

Iscte
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

© 2025
Todos os direitos reservados

- Maria de Lurdes Rodrigues **2** **O financiamento da Ciência**
- Miguel Sales Dias **5** **De Lisboa a Massachusetts no Ensino e na Investigação**
- Rosário Mauritti **10** **Desigualdades sociais e bem-estar nos municípios**
- Filipe Reis **16** **O trabalho como projeto**
- Catarina Mateus **20** **Economia social em zonas rurais**
- Rita Ávila Cachado
Teresa Madeira da Silva **25** **Transformar as cidades**
- Marcelo Moriconi **31** **Estilos de vida dos atletas de desportos eletrónicos**
- Joana Baptista **35** **Intervenção do Estado no acolhimento de crianças**
- Álvaro Dias **40** **Turismo industrial sustentável**

editorial

O FINANCIAMENTO DA CIÊNCIA



MARIA DE LURDES RODRIGUES
Reitora

Nos últimos anos, diria desde 2011, temos assistido a uma instabilidade nas políticas de financiamento da ciência, que coloca em risco o crescimento equilibrado e sustentável do sistema científico em Portugal. Isto é, coloca em risco aquele que é o principal objetivo da política de ciência – garantir a produção continuada de conhecimento. Em momentos de incerteza, como os que atualmente vivemos, importa lembrar os princípios básicos do financiamento da ciência, as exigências que o distinguem de outros tipos de investimento público. Lembrar que a política de ciência não se pode

confundir com a política económica ou de inovação. Os traços distintivos, ou as suas especificidades, podem ser resumidos em cinco pontos.

1. O sistema científico está ainda em construção e consolidação, ao contrário de sistemas públicos como o da saúde, da educação ou do ensino superior, já constituídos. Construir um sistema científico é fazê-lo crescer, criar massa crítica através do investimento público e da afetação de recursos. Por essa razão são decisivas as políticas de formação avançada, de emprego científico e de financiamento de projetos e instituições. A construção do sistema científico exige instituições fortes, qualificadas e internacionalizadas, à semelhança do que se passa nos países democráticos mais desenvolvidos. O investimento público em ciência, medido em percentagem do PIB (despesa executada e financiada), e a meta de 3%, continua a ser um objetivo decisivo para a construção e consolidação do sistema científico. Em Portugal, ainda não chegámos lá.

2. O financiamento em ciência deve ser competitivo, baseado num sistema de avaliação ancorado em critérios de qualidade rigorosos e com referência a padrões internacionais. As decisões de financiamento de qualquer iniciativa, seja de formação avançada de recursos humanos, de desenvolvimento de atividades de investigação, de criação de infraestruturas de informação

ou de produção de conhecimento, de divulgação ou publicação de resultados, são sempre alicerçadas em processos competitivos de avaliação por peritos das diferentes áreas. Por esta razão é necessário assegurar a estabilidade, a qualidade e o rigor dos processos e metodologias de avaliação.

3. O desenvolvimento científico não pode ser politicamente planeado com definição de prioridades disciplinares ou outras. O princípio da autonomia e da liberdade científica dos investigadores e das unidades de investigação, na definição e identificação dos temas ou objetos da sua atividade, tendo em consideração a agenda dos problemas científicos e o estado da arte do conhecimento nos diferentes domínios disciplinares ou pluridisciplinares, é essencial. O desenvolvimento científico em Portugal, como em todos os países do mundo desenvolvido, foi tributário da liberdade e da autonomia dos investigadores e das instituições na definição da agenda, dos temas e dos problemas de investigação, em todas as áreas de conhecimento, das ciências fundamentais às ciências sociais e humanas.

4. A sustentabilidade e o desenvolvimento do sistema científico requer o equilíbrio de todas as áreas científicas, da investigação fundamental, da investigação aplicada e do desenvolvimento tecnológico. Requer também a diversidade — unidades de investigação, universidades e empresas. A ciência ocupa-se, antes de tudo, de produzir conhecimento, saber e informação. O que distingue a atividade científica é justamente a produção de conhecimento que ninguém sabe (ainda) para que serve, nem que produtos, processos ou inovações podem com ele ser desenvolvidos. A exigência de que toda a ciência seja aplicada, útil e rentável, orientada apenas

para resolver problemas das empresas, é uma armadilha que conduz ao dispêndio de recursos sem garantia de retorno científico ou económico. Na realidade, em Portugal, os setores da economia que mais se modernizaram devem-no, em boa parte, à articulação que souberam estabelecer com os centros de investigação e com as universidades.

5. Sem prejuízo dos princípios da autonomia científica e do financiamento equilibrado de todos os domínios e áreas científicas, os vários países realizam, simultaneamente, investimentos estratégicos em ciência, por decisão ou escolha política, motivados pela agenda dos problemas sociais, económicos, ambientais, energéticos, ou motivados pela necessidade de responder a emergências de saúde pública, de catástrofes naturais e de conflitos geopolíticos, ou ainda motivados por apostas no desenvolvimento de áreas emergentes do conhecimento científico. A forma de concretização das escolhas políticas de investimento estratégico em ciência pode assumir diferentes configurações, desde o lançamento de desafios à comunidade científica para que concilie a agenda científica com a agenda dos problemas, até à identificação de capacidades instaladas, isto é, a concentração de recursos humanos excecionais, como por exemplo investigadores ou unidades de investigação de elevado potencial reconhecido internacionalmente. Porém, a eficácia e os resultados serão tanto mais positivos quanto mais longe se levar a ponderação científica e a avaliação da qualidade dos projetos, envolvendo a participação de especialistas externos. As políticas de financiamento da ciência que não salvaguardam estes princípios, comprometem a sustentabilidade e o equilíbrio do sistema científico.



iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Iscte_ Conhecimento e Inovação

entrevista

MIGUEL SALES DIAS

Professor Iscte-Sintra

Investigador ISTAR-Iscte

**DE LISBOA
A MASSACHUSETTS
NO ENSINO
E NA INVESTIGAÇÃO**



PARCERIA COM
UNIVERSIDADE
NORTE-AMERICANA
PROMOVE A INOVAÇÃO
NO PLANO DO
ENSINO-APRENDIZAGEM
E DA INVESTIGAÇÃO EM
ÁREAS CIENTÍFICAS
DE INTERESSE MÚTUO.

Exploramos várias
vertentes: a partilha
de metodologias
pedagógicas,
o intercâmbio de
práticas e a realização
de aulas híbridas
(presenciais e *online*)

Qual é o objetivo principal do projeto Atlantic Crossing, financiado pela FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento)?

O projeto *Atlantic Crossing – Crossing the Atlantic for Scientific and Teaching-Learning Cooperation* visa fortalecer os laços científicos e pedagógicos entre a Bridgewater State University (BSU), uma das principais Universidades públicas do estado de Massachusetts, e o Iscte, em particular a Escola de Tecnologias Digitais Aplicadas, Iscte-Sintra, mas abrindo o leque a todas as outras Escolas do Iscte.

Para atingir esse objetivo, explorámos várias vertentes: a partilha de metodologias pedagógicas, o intercâmbio de práticas e a realização de aulas híbridas (presenciais e *online*). Por exemplo, uma aula lecionada em Portugal pode contar simultaneamente com a participação remota de estudantes e professores da BSU e vice-versa. Além disso, organizamos debates mensais sobre temas que se enquadram nas áreas do Iscte-Sintra, relevantes para os estudantes e os *curricula*. Já realizámos quatro debates, abordando tópicos como a Inteligência Artificial (IA) generativa no ensino-aprendizagem, a estratégia e regulamentação europeia para a Cibersegurança e IA, os desafios da desinformação impulsionada pela IA e as novas tendências do raciocínio nos modelos de IA generativa.

No entanto, procuramos alargar o âmbito dos debates, expandindo as discussões a áreas como Comunicação de Ciência, em parceria com a Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

Na área da Gestão, estamos interessados na Inovação em Gestão, Empreendedorismo e Marketing Digital.

O que justifica a escolha da Bridgewater State University como parceira nesta cooperação?

A Bridgewater State University é uma Universidade muito semelhante ao Iscte, não só em dimensão – tem cerca de 11 mil estudantes e o Iscte tem 15 mil –, mas também na estrutura do corpo docente. Ambas as instituições contam com aproximadamente 300 professores de carreira. No entanto, em termos de apoio académico, o *campus* da BSU é significativamente maior, com cerca de 1200 colaboradores, comparados com os 300 do Iscte. A BSU dispõe ainda de um serviço de transportes e até de polícia própria no *campus*.

As áreas científicas da Bridgewater State University também são bastante próximas às do Iscte, incluindo ciências sociais e humanas, educação, comunicação, gestão, ciência da computação, tecnologias, cibersegurança e saúde pública. A única exceção é a arquitetura, que o Iscte oferece e a BSU não.

Como surgiu esta parceria?

A colaboração começou no início de 2024. Em março, o presidente da Bridgewater State University, Frederick W. Clark Jr., esteve em Portugal, acompanhado por diretores das Escolas. Visitou várias Universidades em Lisboa com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento



e da Fundação Fulbright. Dessa missão, resultou uma parceria privilegiada com o Iscte. O presidente da BSU tem uma estratégia de estreitar laços com Portugal, devido à forte presença de lusodescendentes e cabo-verdianos na região de Massachusetts. Após essa visita, fui até à BSU em junho, e daí surgiu a proposta de colaboração, elaborada juntamente com a professora Hannarae Lee do Departamento de Justiça Criminal. A proposta submetida à FLAD foi aprovada e o projeto arrancou em outubro de 2024.

De que forma é que a cooperação com a Bridgewater State University contribui para concretizar os objetivos do projeto?

Temos trabalhado para a criação de Duplos Graus. Já identificámos uma primeira oportunidade nessa área, relacionada com o novo Mestrado em Cibersegurança do Iscte-Sintra, que terá início em setembro de 2025. Curiosamente, a Bridgewater State University lançou um Mestrado semelhante em setembro passado, o que nos permite desenvolver uma ligação direta entre os dois programas. Outro ponto importante é a introdução do conceito de “investigação de Licenciatura”.

Nos EUA, a investigação ao nível da Licenciatura já está consolidada há anos, permitindo que os estudantes desenvolvam projetos de investigação supervisionados por professores, culminando na apresentação dos seus trabalhos em simpósios. Na BSU, esses simpósios ocorrem anualmente. Um deles, designado STARS, é um evento presencial onde estudantes apresentam trabalhos de investigação desenvolvidos autonomamente, sem coautoria de professores, que apenas os orientam. Esta iniciativa pareceu-me muito interessante. Há muito que defendo esse tipo de abordagem nas Universidades portuguesas. Inspirados pela BSU, eu e a professora Marta Entradas decidimos criar o 1.º Simpósio de Investigação de Licenciatura do Iscte (SIL-Iscte 2025), previsto para outubro de 2025. Todas as Escolas do Iscte estão representadas no Comité de Programa e os trabalhos submetidos serão revistos por professores das várias áreas, sem um processo formal de revisão por pares.

Além de debates, que outras atividades fazem parte do projeto?

Os debates mensais realizam-se às 17h em Portugal e às 12h em Massachusetts,

sendo abertos a toda a comunidade acadêmica. Além disso, promovemos as *Collaborative Online International Learning (COIL)*, aulas remotas e em tempo real que permitem a interação entre os estudantes das duas Universidades.

O projeto também inclui visitas presenciais. Em janeiro, recebemos uma delegação da BSU no Iscte (Lisboa e Sintra). Em junho, será a nossa vez de visitar a BSU para apresentar os primeiros resultados dos projetos colaborativos e discutir novas oportunidades, como o desenvolvimento de programas de Duplo Grau. Irão comigo colegas das áreas de Gestão, Sociologia e Tecnologia. Em parceria com a BSU, organizámos um *workshop* no Iscte-Conhecimento

de Cabo Verde e já apresenta avanços significativos, com os primeiros resultados divulgados no simpósio. Foram apresentadas comunicações nas áreas da Cibersegurança e Cuidados de Saúde, Ciência Forense e implicações da *AI Act* nos EUA.

Quais são os desafios para o reconhecimento do Duplo Grau?

Para a BSU, a implementação de um Duplo Grau é relativamente simples. Vamos começar com o Mestrado em Cibersegurança. Estamos atualmente a analisar os currículos, através da identificação das unidades curriculares necessárias para os estudantes de ambas as Universidades. O objetivo é criar um processo fluido e acessível.

O desenvolvimento do primeiro modelo de linguagem para geração de texto e tradução de crioulo de Cabo Verde para português e inglês é um dos projetos conjuntos mais inovador

e Inovação sobre os primeiros resultados de projetos de investigação sob o tema *Crossing the Atlantic for Scientific and Teaching-Learning Cooperation*. Contámos com sete apresentações – três da BSU, três do Iscte e uma do vice-presidente da FLAD, o Dr. Nuno Pinheiro. A visita foi conduzida pelo Diretor Gregory de Melo. Esteve presente a Diretora Martina B. Arndt, da Escola correspondente à nossa Escola de Tecnologias e Arquitetura, e os professores Enping Li, Cory Yeo e Hannarae Lee que também participaram no *workshop*. Um dos projetos conjuntos mais inovador é o desenvolvimento do primeiro modelo extenso de linguagem para crioulo de Cabo Verde, com capacidades de geração de texto e tradução para português europeu e inglês. Este projeto envolve também a Universidade

A grande vantagem do Duplo Grau é que um estudante pode ingressar no programa do Iscte, passar um período na BSU e obter um diploma conjunto, e vice-versa. Para isso, estamos a preparar unidades curriculares lecionadas em inglês, embora muitos estudantes da BSU também tenham interesse em formação em português, dada a forte comunidade lusófona na região. Massachusetts conta com cerca de 200 mil lusodescendentes e 30 mil descendentes ou naturais de Cabo Verde. A presença da língua portuguesa é bastante evidente no *campus* da BSU. O próprio professor Emérito Dana Mohler-Faria, ex-presidente da BSU, é de origem cabo-verdiana. Este projeto reforça laços culturais e académicos, criando oportunidades para estudantes e investigadores de ambas as instituições. ■

INSTALAÇÕES Iscte-Sintra
Escola de Tecnologias Digitais Aplicadas

iscte **SINTRA**
TECNOLOGIAS DIGITAIS
ECONOMIA E SOCIEDADE

A portrait of Rosário Mauritti, a woman with curly brown hair, wearing a black top and a colorful patterned shawl. She is holding a pair of glasses. The background is a blurred library or study area with bookshelves.

entrevista

ROSÁRIO MAURITTI

Professora Iscte Sociologia e Políticas Públicas
Investigadora CIES-Iscte

**DESIGUALDADES
SOCIAIS E
BEM-ESTAR
NOS MUNICÍPIOS**

AS DESIGUALDADES SOCIAIS E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO SÃO OBJETO DE ANÁLISE NO ESTUDO PRODUZIDO NO ÂMBITO DO PROJETO TIWELL QUE, PRIVILEGIANDO O CRUZAMENTO ENTRE DIFERENTES MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO, DEIXA PISTAS PARA NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE PROXIMIDADE.

É importante termos um retrato dos desafios colocados aos territórios do ponto de vista das condições de vida e bem-estar das populações

Qual o objetivo do estudo “Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses”?

Vivemos, em Portugal, num contexto de fortes desigualdades. No plano teórico e empírico internacional, é muito claro que as desigualdades são um fator inibidor do desenvolvimento dos países. No âmbito deste projeto, recolhemos informação para compreender o impacto das desigualdades a nível nacional, mas sendo este um tema complexo, levou-nos a privilegiar uma abordagem intranacional.

Em relação à qualidade de vida nos municípios portugueses, tentámos estabelecer relações multivariadas entre indicadores de desigualdade e de bem-estar a partir de um conjunto que o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem vindo a produzir.

Do ponto de vista das políticas públicas, é importante termos um retrato mais agregado sobre os grandes desafios colocados aos territórios, quer do ponto de vista do seu progresso, quer do seu desenvolvimento e coesão, quer, sobretudo, daquilo que são as condições de vida e bem-estar das populações.

O modelo conceptual TIWELL foi projetado numa árvore: na raiz, estão representadas as variáveis explicativas das configurações do bem-estar, enquanto os ramos

correspondem a um conjunto de indicadores com interconexões no plano empírico. Tivemos, como fio condutor e balizador das nossas opções, as teorias e uma experiência e domínio sobre análise estatística de forte sofisticação.

A que categorização dos territórios conseguiram chegar?

Para analisar as desigualdades territoriais sobre condições de vida e bem-estar, os municípios de Portugal continental foram agrupados em cinco tipos de território com características relativamente homogéneas em termos de densidade urbana, distribuição etária da população, perfil socioprofissional e de qualificações, e padrão de rendimentos. Chegámos, assim, à seguinte tipologia: Territórios Industriais em Transição, Territórios Intermédios, Territórios Urbanos em Rede, Territórios Inovadores e Territórios de Baixa Densidade.

Qual foi o universo estudado?

Analisámos as características culturais, socioprofissionais, de género, idade, classe social e habilitações. Ao nível do bem-estar, foram analisados os recursos, as condições institucionais e os serviços que os municípios têm disponíveis para as pessoas. A base de referência empírica foram os municípios de Portugal continental e a informação foi

desagregada consoante os indicadores de que dispúnhamos. Também utilizámos dados do *European Social Survey* e da Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE) para projetarmos uma comparação europeia.

Que metodologias foram usadas?

Em primeiro lugar, fizemos um levantamento de dados junto de fontes oficiais, como o Eurostat e a OCDE, e também em estudos, sobretudo americanos, que medem as questões da felicidade numa perspetiva longitudinal.

Fizemos o mapeamento para caracterizar o bem-estar nas suas múltiplas dimensões. Houve a preocupação de selecionar variáveis de indicadores que pudéssemos depois operacionalizar em diferentes escalas de observação, quer a nível municipal, quer a nível do país, e depois numa perspetiva comparativa internacional.

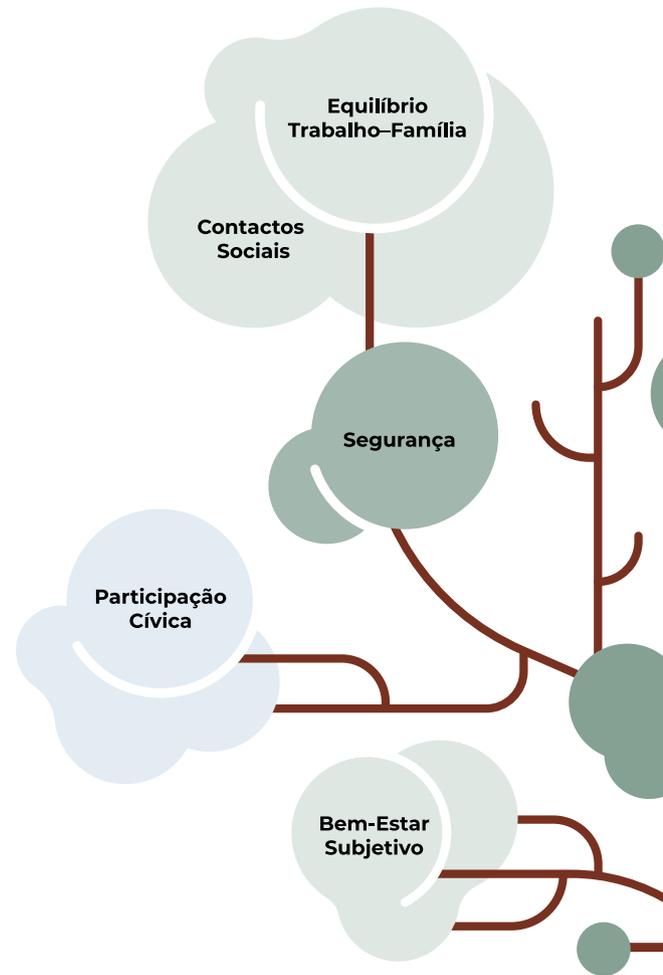
Depois fizemos uma análise estatística para agregar as dimensões e reduzir a amplitude dos dados. Realizámos então análises sistemáticas multivariadas, tentando associar as configurações de desigualdade com as configurações de bem-estar, criámos alguns índices e fizemos uma agregação com base em análise de *clusters*, que nos conduziu à construção dos territórios de bem-estar e desigualdade.

Uma das grandes novidades deste estudo foi identificar territórios inovadores, que, apesar de agregarem uma pequena minoria de municípios, têm um grande impacto no plano de capacitação nacional e no nosso relacionamento com outros países.

A que corresponde a noção de território inovador? Há algum referencial europeu?

A designação dos territórios resultou da interpretação teórica. Classificámos como territórios inovadores aqueles que têm uma forte concentração de atividade humana e onde as pessoas com pelo menos o ensino secundário têm um peso relativo muito relevante. Têm também uma forte concentração de empresas de alta tecnologia, com capacidade de integração nos mercados internacionais.

Do ponto de vista das práticas, as pessoas estão muito orientadas para um consumo

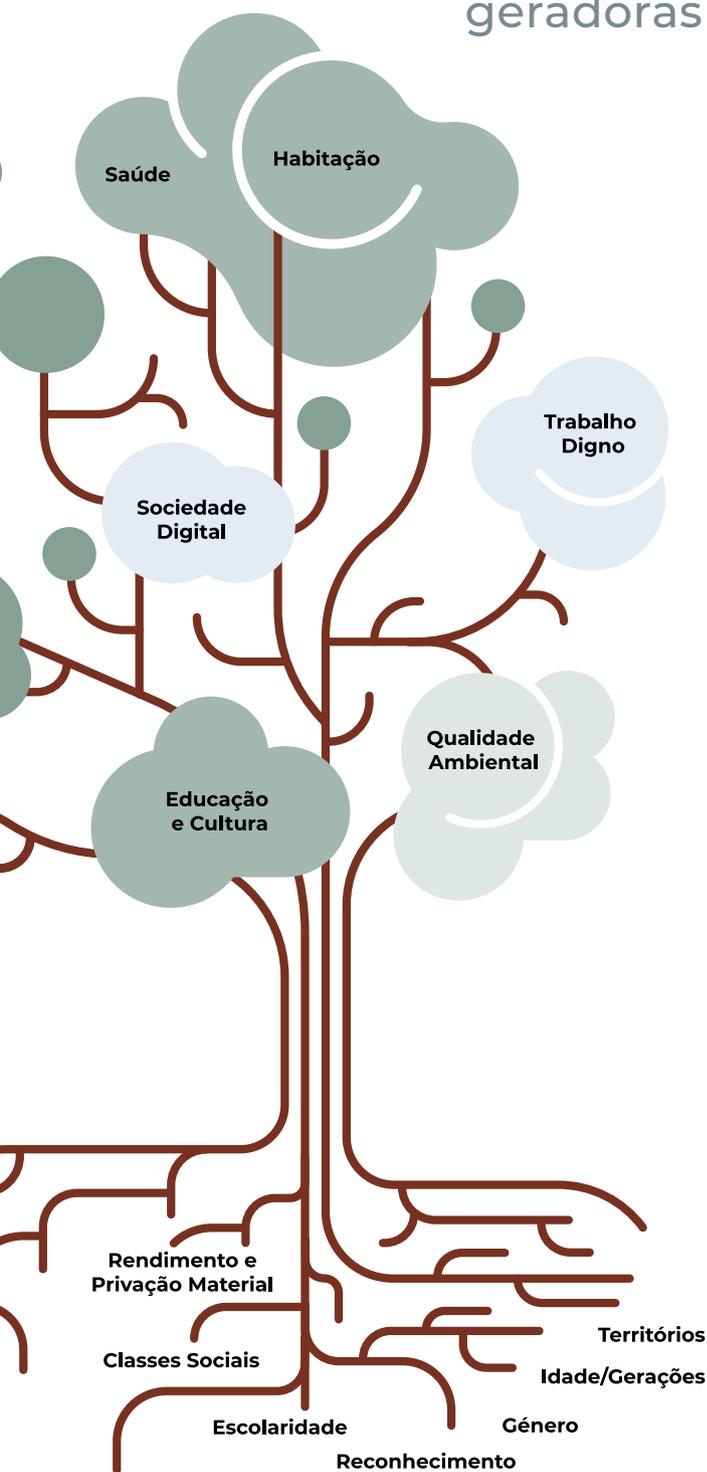


lúdico mais sofisticado, em diferentes dimensões. É neste território que encontramos também maiores recursos em termos de oferta de bens públicos no plano da saúde, da cultura, da educação e dos transportes.

Quais foram os territórios inovadores que identificaram?

Identificámos como territórios inovadores os municípios de Lisboa, Porto, Oeiras, Cascais e Alcochete. Estes territórios destacam-se pela forte concentração de riqueza, inovação tecnológica e qualificação da população. No entanto, coexistem nestes contextos dinâmicos segmentos populacionais em situação de grande vulnerabilidade, incluindo pessoas pobres ou muito pobres. São, assim, também territórios expostos a fragilidades específicas, nomeadamente

Os territórios inovadores destacam-se pela concentração de riqueza, inovação tecnológica e qualificação da população, mas também estão expostos a fragilidades geradoras de desigualdades



REPRESENTAÇÃO do modelo conceptual TIWELL

pela pressão associada à receção de fluxos migratórios significativos – de pessoas que procuram oportunidades, mas que, muitas vezes, enfrentam obstáculos sociais e económicos acrescidos. Oeiras foi selecionado como estudo de caso, permitindo-nos aprofundar estas tensões entre inovação, prosperidade e desigualdade.

Com que limitações se deparou este estudo?

A principal limitação do estudo prendeu-se com a pandemia de Covid-19. O projeto teve início precisamente nas vésperas da crise pandémica, o que nos obrigou a rever algumas das opções metodológicas inicialmente previstas. Após a construção do modelo e a definição dos territórios a observar, tínhamos planeado um trabalho de campo mais prolongado, com presença direta nos contextos locais – o que acabou por não ser viável.

Ainda assim, esta adversidade deu origem a uma oportunidade metodológica: desenvolvemos um sistema de observação sistemática dos territórios selecionados através da plataforma *Google Street View*. Trata-se de uma abordagem ainda pouco explorada em estudos socioterritoriais, mas que revelou um enorme potencial para complementar outras fontes de informação e captar dinâmicas espaciais e sociais relevantes.

Como funciona essa observação?

Temos um protocolo de observação do espaço público que funciona como guião de observação: se há muitos carros na rua, se os passeios são estreitos, largos ou se não existem, se há boa mobilidade pedonal, se há árvores, se há lixo ou não, se há lojas comerciais, se há serviços, estacionamento, jardins, casas em ruínas, vestígios de grafitis, etc. Fazemos um percurso de observação



PUBLICAÇÃO DO ESTUDO

Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses

Rosário Mauritti (coordenadora), Daniela Craveiro, Luís Cabrita, Maria do Carmo Botelho, Nuno Nunes e Sara Franco da Silva

Editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, o estudo oferece uma perspetiva inovadora sobre os territórios nacionais, analisando as suas desigualdades e oportunidades à luz da questão central: “O que contribui para o bem-estar dos cidadãos?”

Este estudo encontra-se disponível para *download* no site da Fundação (www.ffms.pt).

O sistema de observação sistemática dos territórios através do *Google Street View* revelou um enorme potencial, permitindo captar dinâmicas espaciais e sociais relevantes

através do *Google Maps* e vamos identificando pormenores. Em cada território, extraímos de forma aleatória 20 ruas, dez das quais da zona central do município e outras dez da periferia. A observação era feita de acordo com o protocolo definido, e depois cada rua era percorrida uma série de vezes para a observarmos em pormenor.

Como foi formada a equipa multidisciplinar que esteve envolvida no projeto?

A equipa nuclear do projeto era constituída por investigadores do CIES-Iscte. Além de sociólogos, incluiu investigadores da área dos métodos e da análise de dados e, também, de história, ciência política, psicologia e economia. Além do Iscte, participaram no projeto investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e da Universidade de Évora.

Quais os contributos que destaca deste projeto para a sociedade e para as políticas públicas?

O projeto oferece um modelo inovador para a formulação de políticas públicas, ancorado nas características sociais e económicas dos territórios. Permite avaliar em que medida existe investimento real na qualidade de vida e no bem-estar das populações que neles residem.



Sublinha a importância das condições materiais, da participação e do reconhecimento social como dimensões estruturantes do bem-estar. Ao centrar-se nos sistemas de oportunidades disponíveis nos territórios, traz contributos relevantes para a compreensão contemporânea das desigualdades sociais.

Em síntese, o estudo constrói um retrato detalhado das desigualdades à escala intranacional e contribui de forma significativa em três planos: teórico, metodológico e substantivo. Estabelece, de forma sistemática e consistente, a ligação entre as características sociodemográficas dos territórios e as condições de vida das populações.

O resultado é um instrumento que permite pensar o país para além das fronteiras administrativas convencionais, colocando no centro da análise as pessoas e os contextos em que vivem. ■



entrevista

FILIPPE REIS

Professor Iscte Ciências Sociais e Humanas
Investigador CRIA Polo Iscte | Centro em Rede
de Investigação em Antropologia

O TRABALHO COMO PROJETO

ESTA INVESTIGAÇÃO PRETENDE DAR UMA NOVA VISÃO SOBRE OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COM BASE NOS AVANÇOS NA ANÁLISE DAS REDES DE PROJETOS.

O PROWORK estuda uma nova forma de gestão e organização do trabalho?

No PROWORK estudamos o fenómeno do trabalho como projeto e os impactos que esta estrutura temporária de organização do trabalho tem, não só nas relações de trabalho e nos desempenhos laborais, mas também nas formas de coordenação, no uso de determinadas tecnologias e plataformas que ajudam a realizar o trabalho, entre vários outros eixos de análise.

Em algumas áreas de atividade, como a arquitetura ou as artes, esta forma de organização do trabalho como projeto ou por projeto, a que designamos por projetificação do trabalho, tem já uma longa tradição. Em outras áreas, tem progressivamente vindo a ganhar terreno, ao ponto de já a encontrarmos nas organizações com quadro de pessoal. As consultoras trabalham frequentemente por projeto e enviam os seus quadros a outras empresas para executarem determinada tarefa.

Há também projetos que são desenvolvidos por *freelancers* e pessoas que vivem precisamente desses trabalhos que são, por definição, temporários.

De que forma esta modalidade transforma as formas mais clássicas de organizar o trabalho?

Mais do que o espaço ou o tempo, nestas modalidades de organização do trabalho é a própria atividade que comanda o trabalho. Ou seja, é o conjunto de tarefas que lhes estão associadas e o cumprimento de determinados objetivos que define o trabalho que vai ser

realizado. Neste cenário, as pessoas beneficiam de uma grande flexibilidade, nomeadamente na gestão do horário de trabalho.

Como é feita a análise desses modos de trabalho no estudo PROWORK?

A noção de projeto é a unidade de análise do PROWORK, não a organização, a empresa, a instituição de solidariedade social ou a estrutura artística. Identificámos quatro setores de atividade: consultoria e gestão, investigação e desenvolvimento, que inclui a transferência de conhecimento entre Universidades e empresas, a criação artística, e a economia social e solidária – o chamado terceiro setor. Seleccionámos para análise um projeto em cada organização e realizámos dois estudos de caso por setor.

O que esteve na base da identificação desses setores?

No PROWORK mobilizamos vários conceitos como, por exemplo, o conceito de redes sociotécnicas. Os projetos que estamos a estudar funcionam em rede: alguém leva o projeto à frente, mas há depois um conjunto de parceiros que o levam a cabo. Nos projetos de investigação e desenvolvimento que unem a academia e o tecido económico assistimos, tal como no Iscte, a imensos projetos que funcionam assim. Trabalhamos também com uma noção vinda da antropologia, a chamada etnografia multissituada, que é relevante para o trabalho empírico que estamos a desenvolver. Ao observarmos um dos pontos da rede, temos necessariamente de perceber de que forma o trabalho ali realizado tem conexões com os outros parceiros. Por isso, do ponto de vista analítico é importante mapearmos e rastreamos essas redes.

A inovação deste projeto é trazer uma perspetiva diferente à análise do trabalho?

Creio que sim. Há muito trabalho realizado sobre modelos de gestão do trabalho, formas de organização do trabalho e relações laborais. Esta conceptualização da noção de projeto só surge na literatura especializada nos anos 1990, mas há ainda pouco trabalho consistente sobre as formas de trabalho projetificado. Provavelmente, essa época

O trabalho como projeto ou projetificado caracteriza-se pelo facto de a atividade se tornar o princípio e o fim do próprio trabalho

corresponde à adoção, em muitos setores da atividade económica, de modelos de funcionamento e de gestão das empresas que rompem com uma lógica taylorista de organização vertical do trabalho. Isso teve, inclusivamente, consequências em termos de espaço, outros dos eixos de análise do PROWORK. O trabalho por projeto tem consequências na forma como os espaços dentro das empresas se organizam, em *open space*, por exemplo, e como influenciam a própria estrutura hierárquica, os modelos de gestão e até as formas de coordenação e os mecanismos de controlo do trabalho. Hoje assistimos a formas de hiperflexibilização das relações de trabalho, que desregulam completamente qualquer proteção social. A chamada *uberização* dos trabalhadores por plataforma flexibiliza relações laborais ao extremo e torna precária a relação do profissional com o empregador, o que traz desafios ao nível da regulação do trabalho. Este tipo de flexibilização já se verifica em setores mais tradicionais, como o setor industrial.

A flexibilização influencia a forma como as ciências sociais olham para o mundo do trabalho. Assistimos a uma mudança de paradigma?

Estas novas configurações que ocorrem nas sociedades capitalistas estão a alterar de forma muito profunda a divisão do trabalho e a estruturação e organização das relações de trabalho.

O trabalho projetificado caracteriza-se pelo facto de a atividade se tornar o princípio e o fim do próprio trabalho. O tempo e o espaço ficam diluídos. Há prazos intermédios e há

A equipa do PROWORK

O projeto mobiliza o CIES-Iscte, o CRIA e o CIUHCT-NOVA. Funciona em coordenação entre Luísa Veloso, do CIES-Iscte, e Paula Urze, da NOVA FCT.

A equipa é composta por Alexandre Silva, do Instituto Politécnico de Setúbal, Patrícia Santos, Telmo Clamote e Joana Marques do CIES-Iscte, João Lopes do CIUHCT-NOVA, a Clara Pelote e eu próprio (CRIA).

Tem também três consultores: Arvi Kuura, da Universidade de Tartu, na Estónia, especialista em gestão de projetos, processos e produtos; Georgios Eftaxiopoulos, da Universidade de Berkeley, especialista em espaços e flexibilidade na arquitetura; e Peter Oeij, investigador e consultor na Netherlands Organisation for Applied Scientific Research.

objetivos a cumprir. Isso impacta também na conciliação da vida pessoal e profissional, e na saúde em geral, eixos de análise do PROWORK. Outro eixo de análise tem a ver com os mecanismos de financiamento: interessa-nos perceber como é que estas organizações se financiam e financiam os projetos que desenvolvem.

Qual foi a metodologia que adotaram?

O PROWORK assenta num robusto desenho metodológico com instrumentos estabilizados, como guiões de entrevista diferenciados por



setor e interlocutores, observação participante e recolha documental.

Uma característica dos projetos coordenados pela professora Luísa Veloso em que tenho participado é esta visão compreensiva e abrangente da forma como devemos fazer ciência social. É também bastante aberta à ideia do estudo de caso, o que implica a aplicação de metodologias frequentes nas ciências sociais, como a entrevista, mas também o que nós, na antropologia, chamamos de trabalho de campo, através do envolvimento, observação e participação junto das pessoas.

Neste projeto, não utilizamos instrumentos de recolha de dados de caráter mais extensivo, como o inquérito, mas sim ferramentas de pesquisa de natureza mais colaborativa, como dizemos na antropologia, métodos de elicitación. São instrumentos através dos quais pedimos a colaboração dos interlocutores, como, por exemplo, fotografar o seu lugar de trabalho ou fazer um diagrama de como o profissional vê a organização em que se insere. Este tipo de métodos de natureza mais projetiva, mais colaborativa, permite-nos depois – cruzando com as entrevistas e os diários de campo – uma análise mais densificada daqueles contextos e dos profissionais que neles operam.

No âmbito deste projeto, coordenei um *workshop* para os membros da equipa, também aberto a estudantes de Mestrado e Doutoramento, sobre como fazer etnografia em contextos organizacionais. Para os estudos de caso, formaram-se duplas de investigadores para cada um dos setores de atividade, que estão em fase de conclusão do trabalho de campo.

Que resultados esperam ter no final?

Há membros da equipa que já submeteram os primeiros resultados em *abstracts* para conferências ou congressos. A expectativa é que depois haja *papers* que venham a resultar em publicação. O projeto terá o seu término em março de 2026 e será realizada uma conferência para apresentação dos resultados do PROWORK. Em termos de resultados planeia-se fazer um livro com todos os estudos de caso, que dê uma visão de conjunto de todo o projeto.

Do ponto de vista da comunicação de ciência, há um conjunto de resultados que estamos a preparar, que incluem entrevistas filmadas às coordenadoras do PROWORK, aos membros da equipa e aos consultores. Serão também realizados quatro documentários curtos, sobre cada um dos estudos de caso, os quais, agregados, darão uma média metragem que contará em linguagem audiovisual os resultados do projeto. ■

entrevista

CATARINA MATEUS

Investigadora Dinâmia'CET-Iscte

Doutoranda Estudos Urbanos

ECONOMIA SOCIAL EM ZONAS RURAIS



DUAS COOPERATIVAS,
EM PORTUGAL E NO
EQUADOR ESTÃO A SER
ANALIZADAS NO ÂMBITO
DOS ESTUDOS URBANOS
PARA SE COMPREENDER
DE QUE FORMA AS SUAS
PRÁTICAS PODEM CONSTITUIR
ALTERNATIVAS AO MODELO
DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL PREDOMINANTE.

Qual o objetivo deste trabalho de observação e análise de uma cooperativa de Montemor-o-Novo, em Portugal, e de uma outra nos arredores de Quito, no Equador?

O objetivo desta investigação é conhecer e explorar outras formas de viver em territórios rurais ou periféricos, marginalizados, procurando alternativas ao formato geralmente aplicado através do planeamento urbano e territorial.

Atualmente, o planeamento feito pelos órgãos de gestão territorial é muito desenvolvido em torno de centralidades urbanas, quer se trate de zonas periféricas ou mesmo de zonas rurais. Há uma visão urbano-centrada, há também quem lhe chame desenvolvimentista, ou seja, assente na ideia de que os territórios têm de ser mais desenvolvidos, segundo um modelo específico – que designo na tese de “modelo de desenvolvimento capitalista”.

Segundo esse modelo, atualmente vemos nas zonas rurais em Portugal um foco na monocultura, no turismo rural e no extrativismo. Este fenómeno também se verifica no Equador, mas não é tão recente. No entanto, diz-se das zonas periféricas que são pouco planeadas, têm pouca habitação, sem escolas, serviços públicos e outros equipamentos. Este tipo de desenvolvimento está a criar territórios bastante disfuncionais, desequilibrados e hierarquizados, não só ao nível da paisagem, mas também das populações.

A minha proposta é ver o que está a ser feito para contrariar esta tendência. Os dois casos que analiso são projetos de economia social que tentam ser autónomos do Estado e do mercado, saindo da lógica dos planos de desenvolvimento territoriais.

Este projeto de investigação pretende olhar para o que outras pessoas fazem, que impacto tem no território, como é que o habitam. Idealmente, seria incrível transformar isto em propostas de políticas públicas para projetos de desenvolvimento territorial diferentes.

Pode apresentar os dois casos que acompanha?

Ambos são cooperativas, embora a de Portugal seja uma cooperativa integral e a do Equador uma cooperativa de poupança e crédito. Uma cooperativa integral distingue-se das cooperativas uni-setoriais que apareceram muito depois do 25 de Abril e que se focavam só em agricultura, ou só em comercialização, ou só em habitação. Uma cooperativa integral tem como objetivo satisfazer todas as necessidades económicas dos seus membros. Por exemplo, a cooperativa Minga, que estou a investigar, atua na comercialização, habitação e construção, na agricultura e nos serviços.

Neste modelo prioriza-se dar autonomia aos membros para que possam desenvolver as suas próprias atividades económicas. Essa autonomia é dada através da infraestrutura de apoio oferecida pela cooperativa, desde o sistema de faturação e contabilidade a uma loja onde podem vender os seus produtos. Há toda uma rede de apoio local e houve mesmo uma altura em que faziam microcréditos. Há também, nessa rede de apoio, assessorias de economia, *design*, etc. A cooperativa Minga foi criada em 2015 e hoje conta com cerca de 150 cooperantes, que usufruem diariamente dos produtos e serviços oferecidos através da sua estrutura, com base numa economia solidária e na responsabilidade social e ambiental.

A cooperativa no Equador é diferente?

É uma cooperativa familiar de poupanças e crédito, o que é muito comum em comunidades indígenas. A lógica é as pessoas juntarem as suas poupanças e fazerem créditos internos. Esta cooperativa não está

formalizada, mas existe um regime legal para este tipo de cooperativas no Equador. Neste caso, a cooperativa é uma família composta por cerca de 90 pessoas, de três gerações. Começou por ser uma cooperativa de poupança e crédito e, neste momento, dão créditos entre 10 mil e 20 mil dólares. Esta concessão de crédito aos membros da cooperativa/família não é um processo muito burocrático, tem poucas condições e assenta numa base de confiança. Criaram também seguros de saúde, de veículos e estão a pensar implementar um fundo de reforma. Têm também o “fundo do bem comum”, que vai buscar inspiração à lógica popularizada durante o governo do ex-Presidente Rafael Correa (2007-2017): *buen vivir* – é uma postura muito ligada à lógica indígena de cooperação, de viver bem uns com os outros e com a natureza. Este fundo é para gerir os excedentes, o lucro que têm dos juros dos créditos e do depósito de dinheiro, que está num banco. A redistribuição depende de as pessoas proporem um projeto para o bem comum da família. A decisão de usar esse fundo exige que haja mais nove pessoas a estarem de acordo com o projeto proposto. Já houve projetos de reflorestação de terrenos, de distribuição de cabazes com produtos para toda a família, livros, etc. Também já houve situações de emergência, em que foi acionado esse fundo.

Qual é a atividade económica de cada cooperante no caso do Equador?

Os cooperantes atuam fora da cooperativa. Eles não fazem dinheiro através da cooperativa e também não são, nem pretendem ser, uma cooperativa aberta. Não querem que cresça ou extravase a família. A cooperativa baseia-se no apoio mútuo entre membros. Porém, fora da cooperativa os membros desenvolvem várias atividades individualmente, desde carpintaria, produção agrícola, arquitetura, música, gestão cultural e de processos participativos, consultoria ambiental, cerâmica, educação, etc.

Como se deu o encontro com o Equador?

Foi aleatório. Estava a fazer o Mestrado e podia fazer o estágio num atelier de arquitetura em qualquer lugar do mundo. Na pesquisa, encontrei o atelier de arquitetura Alborde no Equador, em Quito, com o qual me identifiquei bastante. Não conhecia nada

Os dois casos de estudo são projetos de economia social que tentam ser autónomos do Estado e do mercado, saindo da lógica dos planos de desenvolvimento territoriais

do Equador, mas achei que o que faziam, ao nível da arquitetura, era algo de muito participativo: construíam com a comunidade, estavam envolvidos em alguns processos de reabilitação urbana para questões mais culturais, etc.

Aceitaram-me, fui para lá seis meses e aí também dei aulas, pela primeira vez, como assistente. Gostei muito. Voltei para a Dinamarca, acabei a tese e regresssei ao Equador – ia trabalhar para a ACNUR (Agência da ONU para os Refugiados) –, mas não consegui o visto. Então voltei a dar aulas na Universidade, em Quito, durante ano e meio.

Como é que se passa de uma sociedade como a dinamarquesa para uma outra com características, à partida, bem diferentes em termos de organização e segurança, como o Equador?

A sociedade equatoriana, reconheço, mudou muito nos últimos anos. Na América Latina, só tinha estado no Brasil. Quando cheguei ao Equador, em 2017, senti que tudo era bastante seguro e funcionava muito bem. As melhores Universidades eram públicas, os serviços de saúde funcionavam melhor que em Portugal, houve muitas coisas que me surpreenderam pela positiva, incluindo haver a existência de muita consciência ambiental – muito mais do que cá. A consciência ambiental no Equador é muito originada por uma cultura própria das comunidades indígenas.



Entretanto também tem havido muita corrupção destas comunidades indígenas, já que a extração de petróleo e de outras matérias é feita dentro das comunidades e dos seus territórios.

Da primeira vez que lá estive, fiquei bastante impactada ao visitar a Amazônia equatoriana, entrar numa das reservas e ver painéis enormes a dizer “o petróleo traz educação à minha aldeia” ou “o petróleo traz saúde à minha aldeia”. Viam-se muitos camiões-tanque a transportar petróleo e até refinarias no meio daquela natureza toda!

Nos primeiros anos do governo de Rafael Correa, houve uma grande sintonia com a lógica indígena. O Equador foi declarado Estado plurinacional, a economia popular e familiar foi integrada nos ministérios, entre outras políticas no sentido do *buen vivir*. Mais tarde esta converteu-se numa política que alguns autores chamam de neo-desenvolvimentarismo: melhorar as condições de vida das pessoas, mas através da extração de recursos.

Dou um exemplo: era preciso cuidar da Amazônia e o presidente equatoriano lançou um pedido de apoio internacional para esse fim.

Como nenhuma instituição internacional financiou essa proteção e recuperação dos recursos naturais, decidiu que, para dar melhores condições de vida às pessoas no Equador, seria necessário explorar a Amazônia. Estive lá entre outubro de 2023 e junho deste ano (2024) e notei diferença. De certo modo, a sociedade tornou-se mais violenta...

Nos últimos anos tem havido muita instabilidade política, também com a entrada do FMI, e isto, de alguma forma, facilitou a instalação de redes de narcotráfico que, junto com desastres naturais e má gestão pública, têm gerado um clima de instabilidade social e económica. Não tem nada que ver com o que encontrei na primeira vez, em 2017.

Quais foram os métodos utilizados no seu trabalho de investigação?

Fiz questionários, fiz entrevistas, mas foi pela observação participante que obtive mais dados. A experiência foi muito rica e fui registando quase tudo num diário de campo, o que me permitiu criar relações de confiança com as pessoas, e perceber que falam de uma maneira, mas, depois, a ação por vezes é outra.

Da Arquitetura aos Estudos Urbanos

No Mestrado em *Design Urbano*, que completou na Universidade de Aalborg, Dinamarca, Catarina Mateus realizou um trabalho de campo focado em zonas rurais, no caminho da Antropologia e bem diferente do habitual em Estudos Urbanos.

Licenciou-se em Arquitetura, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, e a reversão do seu percurso de investigação para o urbanismo deu-se quando se apercebeu que muitos dos arquitetos que admirava “trabalham para um mercado imobiliário, com preços e condições irrealistas”.

Catarina Mateus refere que «sentia que o urbanismo em Portugal é muito à base de leis, e não está imbuído de sensibilidade social e de uma humildade» que entende serem dimensões necessárias.

«Em Portugal, há mais uma visão de pássaro e de especialista e os processos não são participativos como entendo que deveriam ser», conclui.

A perceção das pessoas não é, muitas vezes, a mesma que o entendimento da academia ou o meu entendimento. A observação participante permite perceber as incoerências, por exemplo, entre os aspetos pessoais e os da cooperativa.

Que resultados podemos esperar deste projeto?

Creio que vamos caminhar no sentido da criação de propostas de gestão mais local, mais autónomas, mais autogeridas, mais cooperantes e mais autossustentáveis. Não sei ainda se neste projeto de investigação vou ter tempo para pensar como isto poderia ser traduzido em propostas concretas para o planeamento territorial, mas creio que vou ter resultados interessantes para questões como “Que lógicas, valores e ferramentas as economias alternativas já estão a criar para os seus membros e que podem ser escaladas e multiplicadas?”

Espero que esta investigação possa ter impacto nas políticas públicas que são pensadas e implementadas nas zonas rurais, no sentido de promover estilos de vida mais sustentáveis.

O projeto está a ser desenvolvido no Dinâmia’CET-Iscte. Como aconteceu este encontro?

Foi-me concedida uma bolsa da FCT gerida pelo Dinâmia’CET. É até curioso pois candidatei-me várias vezes diretamente, mas fui sendo rejeitada porque a minha investigação não é simplesmente arquitetura, não é urbanismo, não é sociologia, não é economia... é muito transversal. Felizmente, esta Unidade de Investigação do Iscte abriu candidaturas para quatro bolsas e consegui uma.

É muito importante que os centros de investigação possam receber projetos através de bolsas de que dispõem. Caso não tivesse acontecido assim, eu teria de mudar muito a investigação para a encaixar numa categoria. É muito importante existir uma descentralização na atribuição de bolsas, para que os centros de investigação as possam gerir, no sentido de permitir transversalidade nos projetos e temáticas que não se encaixem rigorosamente nas categorias-padrão. ■

RITA ÁVILA CACHADO

Investigadora CIES-Iscte

TERESA MADEIRA
DA SILVA

Professora Iscte Tecnologias e Arquitetura

Investigadora Dinâmia'CET-Iscte

entrevista

TRANSFORMAR AS CIDADES



AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
CONDICIONAM A SAÚDE
PÚBLICA, EM PARTICULAR
NOS ESPAÇOS URBANOS.
DAR FERRAMENTAS AOS
FUTUROS ARQUITETOS
E URBANISTAS PARA
ACAUTELAR ESSE IMPACTO
FOI O PROPÓSITO DO
PROJETO CLI-CC.HE.

Que soluções inovadoras propõe o projeto *Climate Change, Cities, Communities and Equity in Health*?

Teresa Madeira da Silva (TMS) Aliar a saúde urbana ao desenho urbano e sensibilizar os estudantes para a redução da pegada ecológica é uma das principais preocupações do Cli-CC.HE. Como é que no planeamento das cidades podemos contribuir para a saúde das pessoas? Para fomentar o debate em torno desta questão, desenvolvemos um conjunto alargado de atividades e um evento no Iscte com os estudantes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Tecnologias e Arquitetura.

Rita Cachado (RC) O projeto visava desenvolver formação focada na adaptação às alterações climáticas, articulando-a com a questão da saúde das populações urbanas. Financiada pelo programa *Erasmus+*, esta formação foi dirigida sobretudo a estudantes da área do planeamento urbano, com o objetivo de qualificar a intervenção em espaços e territórios, promovendo cidades e equipamentos adaptados aos desafios atuais. A UNICAM – Università Camerino (Itália) foi a coordenadora principal do projeto Cli-CC.HE, envolvendo, além do Iscte, o Instituto do Chipre (Cyl), a Universidade de Belgrado (Sérvia) e o Consiglio Nazionale delle Ricerche (Itália) centrado na vertente da saúde. O projeto focou-se nas oportunidades do *e-learning*, sendo que os resultados estão

Aliar a saúde urbana
ao desenho urbano
e sensibilizar os
estudantes
para a redução da
pegada ecológica

acessíveis a professores universitários que pretendam desenvolver, por exemplo, uma unidade curricular, mas também a qualquer pessoa no âmbito de ações de formação.

Como foi explorada a relação entre saúde e planeamento urbano?

TMS Temos vários exemplos: por um lado, uma rua que não tenha árvores atinge temperaturas muito superiores a ruas arborizadas; por outro lado, a existência de árvores que provocam alergias na primavera pode ter consequências negativas na saúde dos habitantes. É importante perceber se, em certas zonas da cidade, deve ser colocada determinada vegetação. Para além disso, a existência de praças, parques ou jardins pode ter um contributo positivo na saúde pública, contrariamente ao ruído dos automóveis ou dos aviões, como se verifica em Lisboa. Este é outro exemplo da relação entre saúde e planeamento urbano.

A formação de Arquitetos já prevê esta abordagem?

TMS Nas aulas do Mestrado Integrado em Arquitetura do Iscte alertamos para a ligação entre o urbano e a natureza. Já realizámos trabalhos na Tapada das Necessidades e nos jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, que são bons exemplos desta integração. Tentamos mostrar como os edifícios construídos nas cidades podem dialogar de forma positiva com a natureza e proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas que as habitam. Esta ideia coaduna-se com o objetivo central do projeto Cli-CC.HE: sensibilizar os estudantes para a ligação entre saúde e desenho urbanos.



O diálogo entre natureza e construções tem constituído uma preocupação do planeamento urbano?

TMS Em Lisboa temos bons exemplos disso. Os arquitetos paisagistas que projetaram a Praça de Espanha realizaram um trabalho exemplar que incluiu a construção de tanques de retenção de água no subsolo. Como consequência, a praça deixou de ter inundações. A água não é para deitar fora! Outro exemplo são os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, um importante estudo de caso: os parques de estacionamento no subsolo conseguem coexistir harmoniosamente com a vegetação. Várias intervenções na zona ribeirinha realizadas depois da Expo'98 também tiveram em consideração as questões climáticas, projetando lugares para a realização de atividades físicas, sombras, etc. Em Lisboa, tem havido iniciativas que articulam planeamento e alterações climáticas, como o programa “Uma Praça em cada Bairro”, o plano de acessibilidade pedonal, o documento “Estratégia Municipal de

Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa” (2017), ou o Plano de Ação Climática Lisboa 2030 (redigido em 2021).

Quais foram os domínios de atuação do CIES-Iscte e do Dinâmia’CET-Iscte no projeto Cli-CC.HE?

RC Participámos na revisão de artigos científicos sobre alterações climáticas nas cidades, saúde, entre outras áreas. A sistematização desse levantamento esteve a cargo da equipa do Chipre. Desse trabalho, sobressaiu a questão das “ilhas de calor” e as soluções que a Arquitetura e a Engenharia Ambiental vão considerando para atenuar o problema. No desenvolvimento da metodologia de investigação, estruturaram-se sete áreas que correspondem, em sentido lato, aos objetivos de uma unidade curricular. Essa foi uma tarefa do coordenador principal do projeto, a UNICAM, com a colaboração dos restantes parceiros. Em cada Universidade, cerca de vinte estudantes participaram em *workshops* locais, com atividades desenhadas para



Climate Change, Cities, Communities and Equity in Health



+5
UNIVERSIDADES

+4
CIDADES

+30
INVESTIGADORES

+24
MESES

Este projeto tem como objetivo integrar os impactos das alterações climáticas na saúde urbana e na equidade social nos contextos educativos e de regeneração urbana. Envolvendo Universidades e Centros de Investigação de Itália, Portugal, Sérvia e Chipre, a iniciativa promoveu abordagens interdisciplinares e inovadoras para formar profissionais capazes de planear cidades mais resilientes, saudáveis e justas.

Dominamos técnicas como a elaboração de guiões de entrevista, a utilização de diários de campo e a recolha fotográfica junto das pessoas

perceber como se poderia melhorar cada objetivo e cada unidade desta abordagem metodológica.

No Iscte, realizámos um *workshop* em que nos focámos na metodologia qualitativa participativa com a população. Convidámos ainda os estudantes a realizar exercícios de arte urbana como forma de divulgar o projeto. Esse trabalho foi coordenado pelos investigadores Zoran Dukanovic, de Belgrado, e Ioanna Kyprianou, do Chipre.

No caso da cidade de Lisboa, trouxemos para o projeto os moradores da freguesia de Alvalade, um território que pretendíamos melhorar através do planeamento urbano aliado à saúde pública e à integração com a natureza.

Estava também previsto que os parceiros desenvolvessem um conjunto de ferramentas agregadas num *toolkit*, para o qual foi muito importante a colaboração da investigadora Caterina Di Giovanni (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa).

Doze dessas ferramentas metodológicas foram desenvolvidas em *e-learning* e estão agora disponíveis no site clicche.org/results em acesso aberto.

Quais foram os principais stakeholders do projeto? Qual a relação estabelecida com as autarquias?

RC Começámos do zero, portanto, todos os *stakeholders* foram cooptados. Não tínhamos relação direta com a Câmara Municipal de Lisboa. Então, contactámos a Biblioteca dos Coruchéus, situada no Bairro de São João de Brito, na freguesia de Alvalade.

Falámos também com a Associação de Moradores do bairro, que acolheu ativamente as nossas atividades. Tivemos connosco, desde o início, o AtelierMOB no âmbito da participação urbana, e a Associação Zero,

que funcionou como observador das atividades. Um outro parceiro foi o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, através da Marluci Menezes.

Conseguimos reunir todas estas pessoas em apenas três meses, e foram elas, juntamente com os estudantes, que implementaram a metodologia qualitativa. Este é um domínio em que as outras Universidades não tinham as mesmas competências que nós, no CIES-Iscte. Por exemplo, dominamos técnicas como a elaboração de guiões de entrevista, a utilização de diários de campo e a recolha fotográfica junto das pessoas.

O projeto distinguiu-se pelos eventos realizados. De que forma estas iniciativas contribuíram para a prossecução dos objetivos?

TMS O *Forever Communities* destaca-se como um evento multiplicador, realizado em Lisboa, que incluiu estudantes do Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos e do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA), bem como professores e investigadores do Iscte.

Tivemos palestras no Iscte com professores e investigadores: Pedro Pinho, investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e dois docentes de Desenho do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Iscte, a professora Teresa Rodeia e o professor Paulo Goinhas.

Contámos também com a participação do biólogo Ivo Meco, que organizou um passeio guiado entre o Iscte e a Biblioteca dos Coruchéus, no qual os estudantes tiveram a oportunidade de observar e compreender a relação da vegetação com o ambiente urbano e construído. Ivo Meco explicou as qualidades das árvores pelas quais passamos todos os dias,



praticamente sem darmos conta das suas características e qualidades. Alertou-nos também para o tipo de terreno onde se constrói e para o facto de, por vezes, as estruturas construídas não dialogarem com aquelas que já existem. Estas atividades foram importantes para sensibilizar os estudantes para a componente paisagística e para a relação entre ecologia e saúde urbana. O objetivo era compreender como se podem criar infraestruturas que contribuam para ambientes urbanos mais saudáveis.

Promovemos também a partilha de resultados e experiências com estudantes internacionais provenientes de Itália, do Chipre e da Sérvia, que visitaram o Iscte.

A equipa deste projeto envolvia diversas áreas do saber, como a Antropologia, Arquitetura, Medicina, Urbanismo e Engenharia do Ambiente.

Que resultados do projeto destacam?

RC O resultado mais evidente é a página *online* que disponibiliza todos os recursos em acesso aberto. Em termos de divulgação

pública, atuámos sobretudo nos eventos da Ciência Viva.

Resultou também do projeto um caderno de encargos que reúne as recolhas realizadas no Bairro São João de Brito pelos estudantes e que contou com a participação da Antropóloga Ana Catarino. O documento foi entregue à Associação de Moradores. O Bairro São João de Brito é de génese ilegal e, portanto, era prioritário que a Câmara de Lisboa resolvesse questões relacionadas com infraestruturas, águas e esgotos, o que já aconteceu graças ao projeto. Adicionalmente, a Biblioteca dos Coruchéus já tinha um projeto de recolha de histórias de vida, mas não tinha conseguido estabelecer uma ligação com os moradores. O projeto Cli-CC.HE possibilitou essa ligação, um avanço que se reveste de uma grande importância social.

Em termos de impacto societal, este foi um projeto focado nas pessoas, principalmente nas que estão a ser formadas em planeamento urbano e áreas afins, no sentido de perceber como atuar para que as cidades sejam mais saudáveis e sustentáveis. ■

entrevista

MARCELO MORICONI

Investigador CEI-Iscte

ESTILOS DE VIDA DOS ATLETAS DE DESPORTOS ELETRÓNICOS



OS VIDEOJOGOS ESTÃO A CAUSAR SEDENTARISMO, OBESIDADE E ADIÇÕES NA POPULAÇÃO JOVEM. ESTA INVESTIGAÇÃO ANALISA OS COMPORTAMENTOS E OS CONDICIONALISMOS DOS JOGADORES DE *ESPORTS*, UMA ÁREA AINDA POUCO INVESTIGADA PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS, A PAR DA RELAÇÃO ENTRE DESPORTO E APOSTAS *ONLINE*.

Qual é o objetivo principal dos projetos que estão em curso em torno de práticas desportivas *online*?

Tanto o projeto *e-Health – Supporting eSports players towards an active and healthy lifestyle* como o *G-risks – “Gamblification” of sport and new generations: tendencies, addictions, social harms, and risks for integrity of sports* estão relacionados com o tema da integridade no desporto.

O *e-Health* é a consequência de um projeto *Erasmus Mundus Design Measure* que desenvolvemos no ano passado, a partir do qual surgiu uma proposta para criar um Mestrado europeu sobre Educação e Empregabilidade para a indústria dos *eSports* e, também, submeter para financiamento um projeto *Erasmus+ Sport* sobre o tema, que veio a concretizar-se.

O *G-risks* é um projeto exploratório financiado pela FCT que tem como objetivo mapear as práticas de apostas em jovens universitários e atletas e entender como a normalização das apostas desportivas tem influenciado o consumo e a prática de desportos *online*.

Porque é que este tema despertou o seu interesse?

O negócio dos *eSports* é hoje uma indústria multimilionária e é também um polo de

emprego para jovens. Muitas regiões do mundo estão a tirar grande partido desta indústria – a Coreia do Sul, a Arábia Saudita, por exemplo, são países que investem muito na organização de competições globais. A Comissão Europeia organizou um debate sobre este tema, onde foi reconhecida a importância de promover a indústria dos *eSports* na Europa, tendo sido criada a oportunidade para a criação de um polo tecnológico. Esta indústria está a criar muito emprego para as novas gerações e prevê-se que continue a criar, justamente quando há um problema de desemprego jovem a nível europeu.

No entanto, este tipo de emprego gera estilos de vida particulares nos jovens, associados ao sedentarismo e a comportamentos aditivos, a que se soma a questão do *doping* como forma de aumentar a sua resistência e concentração nas competições.

Este problema é ampliado pelo facto de, nestes desportos, já haver apostas.

Percebemos então que estávamos perante uma janela de oportunidade para replicarmos trabalhos que já temos feito na área dos desportos tradicionais, mas agora no contexto dos *eSports*.

Como está formado o consórcio do projeto *e-Health*?

A equipa é liderada pela K.E.A Fair Play Code da Grécia e reúne parceiros de Portugal (Iscte), da Alemanha (a *eSports Research Network* e a Universidade de Leipzig) e da Bélgica (a Federação Belga de *eSports*, BESF).

No Iscte, estes projetos estão integrados na linha de investigação ligada à saúde?

Sim. Somos uma Universidade que está a investir na saúde societal, de que é exemplo o Iscte Saúde. Não temos medicina, mas as ciências sociais, as humanidades e a psicologia social podem dar bons contributos.

Este é, pois, um projeto também relacionado com a área da saúde. Na mesma linha, começou em fevereiro o outro projeto que também estou a coordenar: o *G-risk*. Esse projeto está a ser desenvolvido por uma equipa multidisciplinar do Iscte que inclui o César de Cima, doutorado em Sociologia, e os psicólogos sociais Miguel Ramos e Sibila Marques, do CIS-Iscte. Esta iniciativa demonstra a cooperação

O eSports gera estilos de vida associados ao sedentarismo e a comportamentos aditivos, a que se soma o doping

que pode surgir das dinâmicas próprias do Iscte, em que investigadores de áreas muitas diferentes partilham gabinete, conversam, trocam ideias e publicam em conjunto.

O *G-risk* tem como objeto de estudo os jovens?

O *G-risk* estuda as práticas de apostas desportivas nos jovens. Estamos a falar dos *Millennials* ou da *Geração Z*, ou seja, dos que nasceram nos finais dos anos 1990, início da primeira década deste século e que, aos 18, 19 ou 20 anos, começam a ser desportistas profissionais através dos videojogos. A realidade para estas gerações é a ligação entre o desporto e as apostas. Este é o fenómeno do conceito de gamblificação. Este conceito indica que é praticamente impossível consumir desporto sem, ao mesmo tempo, receber incentivos para apostar, incluindo publicidade. Isto passa-se há anos nos desportos tradicionais.

Qual a metodologia de investigação aplicada?

Vamos fazer uma análise exploratória eventualmente a partir de um inquérito, de entrevistas e *focus group* a dois *clusters* – estudantes universitários e atletas jovens (18 a 25 anos) – para entender como funciona a dinâmica entre apostas e desporto. As apostas estão tão normalizadas que o fenómeno já suscita questões sobre os seus danos sociais.

Como vão investigar essa relação?

Tendo por referência a gamblificação, estruturámos a investigação em torno de três questões. A primeira parte da constatação de que o interesse e a forma como os jovens consomem



desporto tem vindo a mudar. Os jovens, ao verem um jogo de futebol, não deixam de fazer outras coisas em simultâneo: estão ao telefone, ou consomem os *highlights* no YouTube e, em 15 minutos, veem um jogo inteiro; não têm a paciência para ver o jogo do início ao fim sentados. As apostas são um incentivo, uma maneira de mediar esse consumo desportivo. A segunda questão está relacionada com a normalização das apostas, através de jovens *influencers* e pessoas reconhecidas publicamente. A própria publicidade a apostas é perversa: basicamente diz “se tu sabes de desporto, vais ganhar dinheiro, podes ter bónus. Regista-te e ganha 200 euros”. Este aliciamento faz com que a quantidade de pessoas que apostam aumente e, apesar de faltarem estudos, podemos admitir que, eventualmente, há hoje mais jogo problemático, patológico e que leva a um quadro de adição.

E a terceira hipótese considera que tudo isto cria áreas de risco ou perigos para a integridade das competições desportivas. No desporto aposta-se em tudo, incluindo no desempenho de pessoas que sabem que são alvo dessas apostas. Assim, fica a porta aberta para ganhos repartidos com as apostas, através do compromisso de vitórias, o que aumenta os riscos de violação da integridade desportiva.

Há entidades reguladoras para este tipo de desportos?

A governança neste tipo de desportos não está tão bem definida como nos desportos tradicionais, onde existem entidades como o Comité Olímpico, ou, no caso do futebol, a FIFA e a UEFA.

Nos desportos eletrónicos, sendo um grande mercado, colocam-se naturalmente questões de interesse económico. Por outro lado, não existe um quadro legal aplicável, uma vez que o direito desportivo nem sempre consegue adaptar-se às questões particulares dos desportos eletrónicos.

Há campeonatos organizados por empresas ou marcas, outros por associações, mas a indústria que produz os jogos está também ligada à atividade. Há uma questão prévia que se coloca muitas vezes, que se prende com a necessidade de perceber se estas atividades de competição eletrónica, sedentárias, podem ser consideradas desporto. Dentro do que se denomina *eSports* há um leque muito diverso de jogos. Alguns disputam-se a partir de armas que disparam, outros têm que ver com a prática eletrónica de desportos tradicionais.

No Comité Olímpico, está atualmente em discussão saber se os desportos tradicionais podem ser jogados de forma eletrónica, apesar de já haver algum consenso quanto a não considerar como desporto um jogo de luta, no qual as pessoas disparam e se matam. Estas são discussões ontológicas e há, portanto, muito ainda por debater.

Como surge o projeto de Mestrado nesta área?

Ao desenvolvermos investigação sobre o desporto tradicional, o alargamento aos desportos eletrónicos surge naturalmente. Passou também a ser tema de debate dentro do Comité Olímpico Português e percebeu-se

Há uma questão prévia que se coloca: estas atividades de competição eletrónica, sedentárias, podem ser consideradas desporto?

haver uma janela de oportunidade para o tema ser investigado e ter financiamento. O projeto que já terminou é um *European Joint Master Degree on Education and Employability for eSports Industry*, destinado a criar um *Erasmus Mundus* para os *eSports*. Trata-se de um projeto conjunto do Iscte com a Universidade de Leipzig e parceiros da Grécia. Isto demonstra o interesse que há em financiar projetos nesta área, que têm que ver justamente com *e-Health*, ou seja, procurar estilos de vida saudáveis para os atletas do *eSports*. Trata-se de um tema que levanta muitas questões. Há já investigação científica na área do marketing, tecnologia de criação e desenvolvimento de *software*, e muito pouco na área das ciências sociais sobre *eSports*.

Surgiu assim, naturalmente, o projeto para um Erasmus Mundus sobre a Indústria dos eSports, empregabilidade e educação?

Sim. É mais um resultado destes projetos de investigação e da colaboração entre investigadores. Oliver Leis, um *postdoc* jovem de Leipzig, adora *gaming* e trabalha estas questões. Da Grécia, contamos com Vassilis Barkoukis, professor catedrático, especialista em *doping*.

O Mestrado foi apresentado e esperamos que os resultados saiam ao longo deste ano de 2025. Se for aprovado, iniciar-se-á no ano letivo de 2026/2027. Será um *Erasmus Mundus* e os estudantes farão um semestre em cada país: primeiro na Grécia, depois na Alemanha, depois será no Iscte e o quarto semestre é livre para o mestrando fazer a tese onde quiser. ■

entrevista

JOANA BAPTISTA

Professora Iscte Ciências Sociais e Humanas
Investigadora CIS-Iscte

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS



O MODELO INTEGRADO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR (MIAF®) PRETENDE PROMOVER PRÁTICAS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE TRAUMA EM PORTUGAL, POSICIONANDO O ACOLHIMENTO FAMILIAR COMO RESPOSTA PREFERENCIAL. O PROJETO ALL4CHILDREN AVALIA A SUA IMPLEMENTAÇÃO.

O objetivo deste projeto é avaliar a aplicação de um modelo de acolhimento familiar para crianças. Em que consiste esse modelo?

Existe um modelo de prática no acolhimento familiar, designado MIAF® (Modelo Integrado de Acolhimento Familiar), concebido para apoiar os profissionais que intervêm no sistema de promoção e proteção de crianças. No desenvolvimento do modelo, estiveram envolvidos investigadores e técnicos que operam no terreno.

O projeto de investigação All4Children procura avaliar a implementação inicial deste modelo integrado em Portugal, através de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar. Por um lado, estamos a fazer uma avaliação do processo para compreender se o modelo está a ser aplicado com fidelidade, se é útil e adequado, e quais os obstáculos ou facilitadores da sua aplicação. Por outro lado, vamos avaliar os resultados da implementação, para perceber se cumpre a sua missão: garantir a segurança, estabilidade e bem-estar das crianças, bem como das famílias de acolhimento. O All4Children, coordenado pelo Iscte e iniciado em 2023, trará os primeiros dados sobre a aplicação prática do MIAF® em Portugal.

Em Portugal, o acolhimento familiar ainda não é a resposta predominante para crianças em risco ou vítimas de negligência. Porquê?

Durante muito tempo, Portugal manteve uma forte dependência do acolhimento residencial. O acolhimento familiar apenas foi estabelecido como medida preferencial para crianças até aos seis anos de idade muito recentemente através de alterações legislativas. Com estas mudanças, surgiu a necessidade de desenvolver modelos de intervenção que orientem os profissionais no terreno. Ainda assim, o acolhimento familiar continua a ser uma modalidade residual em comparação com o acolhimento residencial. Na região de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia (SCML), em conjunto com a Casa Pia, assumiu a missão de aumentar o número de famílias de acolhimento. Em 2017, de acordo com um relatório do Instituto da Segurança Social, I.P., não havia qualquer criança em acolhimento familiar na região. Para responder a este desafio, a SCML uniu-se ao Laboratório Colaborativo ProChild, focado no combate à pobreza e exclusão social na infância, para criar o MIAF®. Hoje, Lisboa é uma das zonas do país com maior crescimento nesta resposta.

Quais são as principais etapas do modelo de acolhimento familiar?

O acolhimento familiar assenta num conjunto de etapas fundamentais, que vão desde o recrutamento de famílias potencialmente aptas, processo que implica a sensibilização da comunidade, até à saída da criança para uma solução definitiva. Entre esses momentos, incluem-se a formação inicial dos candidatos, a avaliação e seleção das famílias, a análise da compatibilidade entre a criança e a família escolhida, a transição para o novo ambiente e o acompanhamento contínuo da família de acolhimento. O processo termina com a definição de uma solução estável para a criança, que pode passar pelo regresso à família biológica, pela adoção ou por outra medida prevista no seu projeto de vida. O MIAF® percorre todas estas etapas e inclui ferramentas específicas para apoiar os profissionais em cada uma delas. O All4Children dedica-se à avaliação da sua implementação, bem como da utilidade e adequação dessas ferramentas.

O acolhimento familiar foi estabelecido como medida preferencial para crianças até aos seis anos de idade muito recentemente

A realidade nacional difere da de outros países?

Sim. Ao contrário de grande parte dos países ocidentais, em Portugal, a maioria das crianças afastadas das suas famílias encontra-se em acolhimento residencial. Apenas uma minoria está integrada em famílias de acolhimento, ou seja, famílias certificadas sem laços de sangue com a criança.

Esta situação aproxima-se à de alguns países da Europa de Leste. Contudo, a investigação internacional tem demonstrado que o acolhimento familiar oferece uma proteção superior, sobretudo para bebés e crianças pequenas, que necessitam de cuidados individualizados, sensíveis e afetuosos, essenciais ao seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Quais são as situações que motivam a intervenção do Estado e o acolhimento de uma criança?

A razão mais comum é a negligência parental. Em menor escala, surgem também casos de abuso físico e sexual, entre outras situações de risco.

É fundamental que a investigação nacional produza dados sobre a qualidade das respostas de acolhimento, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes. O projeto All4Children procura colmatar essa lacuna, produzindo conhecimento científico que apoie a tomada



de decisão e promova melhores soluções para as crianças.

É possível fazer um balanço destes primeiros anos de aplicação do MIAF®? Que melhorias se notam?

Sim, ainda que preliminarmente. Através do projeto All4Children, estamos a recolher dados junto de profissionais, famílias e crianças, com o apoio de quatro instituições localizadas no norte e centro do país. Os primeiros resultados sugerem que o MIAF® é um modelo de prática promissor. O acolhimento familiar deve continuar a ser reforçado e expandido a todo o país,

especialmente a crianças até aos seis anos, um período crítico para o seu desenvolvimento, em que estabilidade, previsibilidade e qualidade dos cuidados são determinantes para a criação de vínculos seguros.

Que alterações legais são necessárias? Já há sinais de mudança?

Sim. O Parlamento português aprovou recentemente a possibilidade de as famílias de acolhimento poderem adotar. Esta decisão requer uma reflexão profunda sobre critérios, processos e impactos para todas as partes envolvidas.

Variável	Pessoa que informa	método	Momentos de Avaliação				
			T0	T1	T2	T3	T4
Criança							
Desenvolvimento mental	Criança	domicílio	x		x		
Crescimento físico	Família de acolhimento	domicílio	x		x		
Problemas emocionais e de comportamento	Família de acolhimento	online	x	x	x	x	x
Bem-estar	Família de acolhimento	online	x	x	x	x	x
Competência	Família de acolhimento	online	x	x	x	x	x
Comportamentos perturbados de vinculação	Família de acolhimento	domicílio			x		x
Segurança e permanência	Técnico do acolhimento familiar	online		x	x	x	x
Família de Acolhimento							
Bem-estar psicológico	Família de acolhimento	online	x		x		x
Stress parental	Família de acolhimento	online	x		x		x
Autoeficácia na parentalidade de acolhimento	Família de acolhimento	online	x		x		x
Satisfação na parentalidade de acolhimento	Família de acolhimento	online	x		x		x
Respostas sensíveis às necessidades da criança	Interação entre cuidador e criança	domicílio	x		x		x
Aceitação, compromisso, consciência das necessidades da criança	Família de acolhimento	domicílio			x		x
Retenção da família de acolhimento	Técnico do acolhimento familiar	online	quando (e se) a criança sair do acolhimento familiar				

T0 – 1 mês de acolhimento, T1 – 3 meses de acolhimento, T2 – 6 meses de acolhimento, T3 – 9 meses de acolhimento, T4 – 12 meses de acolhimento

Em Portugal, mais de 80% das crianças afastadas das suas famílias estão em acolhimento residencial, e apenas 4% em acolhimento familiar

Importa também repensar o apoio às famílias alargadas que acolhem crianças em perigo. Em Portugal, os familiares já podem ser considerados famílias de acolhimento, o que reforça a necessidade de acompanhamento especializado e práticas centradas no superior interesse da criança, independentemente do tipo de acolhimento.

Como se estão a recolher os dados?

O All4Children segue um desenho longitudinal. Antes da colocação da criança, recolhemos dados junto dos profissionais e das famílias desde as sessões informativas ao processo de ligação/conexão com a criança. Depois da integração da criança na família, continuamos este trabalho trimestralmente, com as famílias, os técnicos e as próprias crianças, monitorizando a evolução do seu bem-estar. A nossa metodologia é mista: combinamos dados quantitativos e qualitativos, utilizando uma abordagem multimétodo.

Como tem sido a colaboração entre investigadores e instituições?

A equipa do All4Children, que inclui investigadores do CIS-Iscte, da Universidade do Minho, Universidade Católica, Universidade Lusófona e do Laboratório Colaborativo ProChild, mantém uma relação estreita com as instituições de acolhimento. Vamos partilhando resultados preliminares com os profissionais e discutindo como os dados podem informar a prática e contribuir para a melhoria contínua do modelo.

As casas de acolhimento ainda têm um papel?

Sim, e continuarão a ter. Há crianças para quem o acolhimento familiar não é adequado, e as casas de acolhimento continuam a ser necessárias nesses casos.

A desinstitucionalização visa garantir que as crianças em perigo têm acesso a cuidados verdadeiramente familiares que lhes proporcionem um lar. Sempre que possível, pretende-se evitar que entrem no sistema. Quando isso acontece, é essencial que seja encontrada uma solução permanente com a maior brevidade possível.

No All4Children, acreditamos que só através da conjugação de conhecimento científico com a experiência prática dos profissionais e as perspetivas das crianças e das famílias, é possível construir respostas eficazes e centradas nas necessidades reais.

De que forma os resultados do All4Children podem influenciar as políticas públicas?

Desde logo, é fundamental aumentar o conhecimento da população sobre o acolhimento familiar. Embora existam dados robustos sobre os seus benefícios, ainda há muito desconhecimento na sociedade e até entre profissionais do setor. É urgente melhorar a comunicação sobre este tema.

Em Portugal, mais de 80% das crianças afastadas das suas famílias estão em acolhimento residencial, e apenas pouco mais de 4% em acolhimento familiar. Se queremos inverter esta realidade até 2030, como estabelecido, é essencial um esforço forte de sensibilização e informação.

Além disso, os dados do All4Children permitirão identificar áreas prioritárias para o desenvolvimento de respostas, nomeadamente ao nível da formação e acompanhamento das famílias, garantindo não só o bem-estar das crianças, mas também o das famílias que as acolhem. ■

A portrait of Álvaro Dias, a middle-aged man with short, graying hair, wearing a light blue and white vertically striped button-down shirt. He has his arms crossed and is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a blurred outdoor setting with a brick building and purple flowers.

entrevista

ÁLVARO DIAS

Professor Iscte Business School

Investigador BRU-Iscte

TURISMO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL

COM O CRESCIMENTO DO TURISMO, ACENTUA-SE A TENDÊNCIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ÁREAS TEMÁTICAS. O TURISMO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL EMERGE COMO UMA OPORTUNIDADE PROMISSORA PARA PORTUGAL, SENDO UM SETOR AINDA EM FASE DE CONSOLIDAÇÃO, MAS COM ELEVADO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO.

O que é o turismo industrial sustentável, tema central do projeto SMITour?

O turismo industrial utiliza a nossa herança industrial para criar um produto turístico comercializável. Essa herança pode incluir antigas fábricas ou espaços industriais convertidos em atrações turísticas. Este é o conceito base, embora alguns autores incluam também a “indústria viva”, ou seja, empresas em funcionamento que recebem turistas interessados em observar processos industriais ou de inovação. O projeto SMITour adota essa visão ampliada, incluindo tanto empresas ativas como museus ou espaços de património industrial.

Em Portugal, existem bons exemplos de turismo industrial, como a fábrica de lápis Viarco e algumas conserveiras de peixe que permitem visitas enquanto operam. Há um *cluster* em São João da Madeira, que inclui empresas de têxteis e calçado, entre outras, que também já é possível conhecer. Outros exemplos emblemáticos dessa herança industrial inativa incluem o Museu da Eletricidade, em Lisboa, e o Museu da Água com as suas fantásticas visitas à Mãe D’Água. Neste tipo de turismo também se incluem as minas desativadas no Alentejo.

Qual é o contributo do projeto para o setor do turismo?

Na bacia do Mediterrâneo, esta forma de turismo ainda é pouco explorada, quer em termos de boas práticas, quer na incorporação de tecnologia para enriquecer a experiência do visitante. O projeto passa por dar a conhecer as boas práticas do ponto de vista da experiência em si, mas também da integração da tecnologia, procurando oferecer uma experiência mais imersiva e memorável ao turista.

A maioria dos destinos turísticos está à procura de novas formas de dispersar os turistas. O turismo industrial pode ajudar, evitando aglomerações em locais icónicos, como o Mosteiro dos Jerónimos. Ao atrairmos estes turistas para instalações industriais, estamos a distribuí-los por espaços menos visitados e a criar segmentos de mercado interessados nessas experiências.

Como se desencadeia essa abordagem inovadora?

Como em qualquer museu, podemos incluir realidade aumentada, realidade virtual e robótica para melhorar a experiência do turista, aumentando a sua satisfação e o seu interesse. Uma experiência mais imersiva! A aplicação dessas ferramentas também pode atingir públicos que, de outra forma, não visitariam os locais, como já ocorre com visitas virtuais a museus no Egito, por exemplo. Embora as visitas não sejam rentáveis de imediato, essas inovações despertam interesse, curiosidade e incentivam a visitas presenciais.

Como foi formada a parceria internacional?

O SMITour é liderado pelo município de Prato, em Itália, que organizou a candidatura e selecionou os participantes. Conseguiram reunir, de facto, a maioria dos países da bacia do Mediterrâneo elegíveis: Itália, Portugal, Espanha, Grécia, Eslovénia e Croácia.

Como surge o envolvimento do Iscte no projeto e qual o seu papel?

O Iscte tem uma história consolidada na área e foi convidado para participar, contando com a minha colaboração e da professora Maria José Sousa. A nossa responsabilidade é o *work package* 1, que envolve a análise do estado da arte e as boas práticas no turismo industrial.

Projeto do Programa *Interreg*

O projeto SMITour (*SMart Industrial Tourism in the Mediterranean*) é financiado pelo programa *Interreg Euro-MED* através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e cofinanciado pelo Fundo Rotativo Nacional para a implementação das políticas da UE.

O *Interreg* é um programa de fundos específicos para o sul da Europa, que procura a cooperação transfronteiriça.

Realizámos um inquérito nos seis países participantes, com base numa amostra de entidades que já promovem o turismo industrial.

Analisámos os dados estatísticos e qualitativos sobre as iniciativas existentes, que permitirão definir uma melhor promoção e uma abordagem mais integrada no turismo industrial. Contamos com o envolvimento de parceiros que vão desde as autarquias, o Governo, o setor hoteleiro e os próprios sites sobre o turismo industrial.

Percebemos que a comunidade de Prato, uma pequena cidade satélite e industrial de Florença que atrai os turistas pela sua história, monumentalidade e herança, já está a fazer um esforço enorme para captar um segmento específico de turistas que valorizam as práticas e a herança industrial. E estão bastante avançados: têm já um mapa com as unidades industriais visitáveis, uma App, um cartão e rotas integradas.

Ao atrairmos turistas para instalações industriais, estamos a distribuí-los por espaços menos visitados e a criar novos segmentos de mercado

Em Espanha, na Catalunha, já existe um organismo oficial para promover em exclusivo o turismo industrial. Estão muito avançados nesse campo. Já nós, os gregos, os eslovenos e os croatas, funcionamos de forma menos estruturada.

Em que ponto está Portugal no desenvolvimento do turismo industrial?

Há apenas uma rede informal do Turismo de Portugal (o nome já diz tudo) que pretende promover e estruturar este produto turístico. Desta rede constam mais de 200 empresas ou entidades que oferecem experiências de turismo industrial, mas nem todas disponibilizam informação no seu *website* sobre a existência das visitas. Este acaba por não ser um produto conhecido e disponível ao turista.

Qual é o perfil do público do turismo industrial?

São pessoas com mais escolaridade, têm um interesse particular em determinadas técnicas de produção, gostam de saber como se faziam os têxteis ou as conservas, conhecer a herança industrial dos países. E há também o interesse por parte das escolas e outras entidades de ensino na realização destas visitas.

Esta área do turismo industrial pode interessar ao turista habitual de Lisboa?

Geralmente, não são os mesmos turistas. O tempo médio de permanência dos turistas em Lisboa é de 2,1 dias, o que torna improvável que gastem esse tempo com turismo industrial, a menos que tenham um interesse específico. O turista industrial



é mais focado, semelhante ao público do *birdwatching* ou do enoturismo. Estes não têm interesse no turismo comercial.

O projeto surge pela necessidade de diversificar o turismo?

Digamos que pode ser uma estratégia para tornar o turismo mais sustentável. Muitas áreas industriais da região de Lisboa, como o Barreiro, Montijo e Setúbal, estão pouco exploradas turisticamente. Se essas regiões oferecerem experiências interessantes, poderão atrair visitantes que pernoitam e ficam para almoçar, beneficiando a economia local. A grande questão atual é como lidar com a superlotação turística em Lisboa sem prejudicar um setor que representa 20% da economia nacional e cerca de 40% dos empregos na capital. Não se trata de limitar o turismo, mas de o promover de forma mais qualificada. O turismo industrial é uma ferramenta para descentralizar o fluxo turístico, evitando a sobrelotação em pontos icônicos.

Quais são os resultados esperados do projeto?

Pretendemos desenvolver *roadmaps* adaptados às diferentes entidades. Se for um município terá uma estrutura, mas se for uma empresa a abordagem será outra. A ideia é criar um conjunto de caminhos que as entidades possam aplicar permitindo-lhes, assim, abraçar o turismo industrial estruturado e profissional.

O projeto proporcionará a consolidação da rede nacional de turismo industrial?

Sim. O Turismo de Portugal é nosso parceiro no projeto e esperamos trabalhar com eles para que a rede evolua de informal para algo mais formal. Porém, este desenvolvimento também depende de recursos que poderão existir ou não. O norte da Europa, a Alemanha, Espanha e Itália já trabalham muito bem esta área do turismo. Estamos a falar de cidades que não são conhecidas e que a única forma de se afirmarem no mercado turístico, face a grandes destinos como Paris ou Londres, é desenvolverem um segmento específico e que valoriza este tipo de turismo mais contemporâneo, artístico e criativo. ■

Sete Unidades de Investigação do Iscte classificadas com Excelente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Estes resultados refletem o compromisso estratégico do Iscte com a investigação de excelência e afirmam a sua posição como Universidade de Investigação de referência nacional e internacional.

CLASSIFICAÇÃO FCT

EXCELENTE

bru_iscte
Business Research Unit

cei_iscte
Centro de Estudos
Internacionais

cies_iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

dinamia'cet_iscte
Centro de Estudos sobre a Mudança
Socioeconómica e o Território

cis_iscte
Centro de Investigação
e Intervenção Social



MUITO BOM

istar_iscte
Centro de Investigação
em Ciências da Informação,
Tecnologias e Arquitetura

ESTATUTO DE
LABORATÓRIO ASSOCIADO



HR Excellence in Research Award

Somos a primeira
Universidade portuguesa
a conquistar o selo europeu
HR Excellence in Research
Award, atribuído pela
Comissão Europeia como
um reconhecimento das boas
práticas de recrutamento
e gestão de recursos humanos
na investigação.

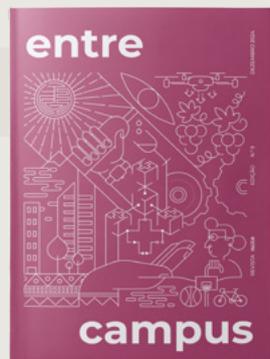
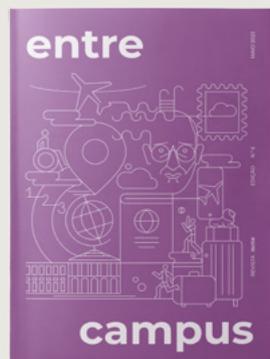


HR EXCELLENCE IN RESEARCH



iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



entre campus

a revista de
investigação
do Iscte